



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**  
**PGEA N.º 00589.000.012/2024**  
**MENOR PREÇO GLOBAL**  
**REGIME JURÍDICO – LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, inscrita no CNPJ sob o n.º 93.802.833/0001-57, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, pelo sistema convencional de contratação, sendo o procedimento regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual n.º 13.706, de 06 de abril de 2011, pela Lei Estadual n.º 15.228, de 25 setembro de 2018, Decreto-Lei Federal n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pelo Decreto estadual n.º 57.037, de 22 de maio de 2023 e pelos Provimentos n.º 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023 da PGJ/MPRS, e demais legislações aplicáveis.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até as 13 horas do dia 13 de março de 2024.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 14h do dia 13 de março de 2024.

**TEMPO MÍNIMO DE DISPUTA:** 10 minutos.

**DECRÉSCIMO MÍNIMO DE LANCES:** 1% (um por cento).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br)

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília (DF).

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

## 1. OBJETO

Contratação de prestação de serviços de seguro total para veículos da frota oficial da Procuradoria-Geral de Justiça/MPRS, com cobertura total contra acidente, para os riscos de colisão, incêndio, furto e ou roubo do veículo segurado para o casco, DM e DP, RCF (Responsabilidade Civil Facultativa) e assistência 24h (abrangendo panes mecânicas e elétricas, mais serviços de guincho), conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

## 2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

**2.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estejam devidamente credenciados e/ou cadastradas junto à CELIC – Central de Licitações Estado (<http://www.celic.rs.gov.br/>) e no portal eletrônico Pregão Online Banrisul (<https://pregaobanrisul.com.br/>), que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2.1.1. A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços exclusivamente por meio eletrônico.

**2.2.** O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do envio da proposta inicial, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, observando-se o regramento contido no subitem 6.1. e seguintes.

2.2.1. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema [www.pregaobanrisul.com.br/](http://www.pregaobanrisul.com.br/) as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.2.2. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do objeto licitado, informando a MARCA e o MODELO do objeto ofertado; se aplicável.

2.3 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**2.4 Não poderão disputar da licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente as empresas:**

2.4.1. Que estejam em processo de falência, de concurso de credores, dissolução, fusão, cisão, incorporação ou de liquidação judicial ou extrajudicial.

2.4.2. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993 e/ou art. 156, IV e § 5º da Lei nº 14.133/2021).

2.4.3. Que tenha alteração social, modificação da sua finalidade ou estrutura que restrinja sua capacidade de concluir o contrato (artigo 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

2.4.4. Que estejam punidas com suspensão temporária de participar em licitações e impedidas de contratar (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993) com qualquer órgão da Administração Pública.

2.4.5. Que estejam punidas com impedimento de licitar e contratar com órgãos do Estado do Rio Grande do Sul (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e/ou artigo 156, III e § 4º da Lei nº 14.133/21).

2.4.6. Que possuem pendência junto ao CFIL/RS (Lei Estadual RS nº 11.389/1999);

2.4.7. Que estejam punidas ou que tenham sócio(s) majoritário(s) que possua(m) registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

2.4.8. Que possuam, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

a) A vedação se estende à hipótese de o procedimento licitatório ter sido deflagrado: (a.1) quando os membros e/ou servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, ou (a.2) até 06 (seis) meses após a desincompatibilização.

b) Além das hipóteses expressas de nepotismo mencionadas acima, poderá ser vedada a contratação de pessoa jurídica pertencente a outro parente de membro ou de servidor, quando, no caso concreto, for identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório.

2.4.9. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.4.10. Que possuam em seu quadro: administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, cuja pessoa tenha algum familiar exercendo cargo em comissão ou função de confiança no órgão licitante, na forma do art. 8º do Decreto Estadual nº 48.705/2011.

2.4.11. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4.12. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.4.13. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.4.13.1 O impedimento de que trata o item retro será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4.14. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.15. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.4.15.1. A vedação do item retro estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/2014 -TCU-Plenário).

2.4.17. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no país, com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

### 3. CREDENCIAMENTO

**3.1.** O Credenciamento dos licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado – CELIC.

3.1.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral na CELIC, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**3.2.** É necessário o credenciamento das licitantes junto ao provedor do sistema eletrônico, como pressuposto para a participação neste Pregão. O referido credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, obtidas junto à Seção de Cadastro da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC, de acordo com a Instrução Normativa n.º 03/2023 daquele órgão. Mais informações sobre o procedimento de credenciamento estão disponíveis pelo fone (51) 3288-1160 e no endereço: <https://portaldofornecedor.rs.gov.br/fornecedor#/home>

3.2.1. O credenciamento prévio, acima referido, não se confunde com o certificado cadastral junto à CELIC (mediante emissão do CFE), o qual é opcional, vale dizer, diferentemente do credenciamento prévio acima referido, o certificado cadastral (CFE) não é obrigatório para participação no presente certame.

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, não cabendo à CELIC/RS, ao BANRISUL ou à PGJ/MPRS responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.4.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PGJ/MPRS responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3.5. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC, para imediato bloqueio de acesso e/ou concessão de nova senha.

**4. DA PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO  
ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/EQUIPARADAS**

4. Nesta licitação não se aplicam as disposições constantes dos artigos 42 a 49 (regularização da documentação e o direito ao empate ficto) da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da vedação legal prevista no artigo 3º, § 4º, X, da referida norma..

**5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Categoria Econômica 3.3.90.39, Rubrica 3926.

**6. APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA DAS PROPOSTAS E DECLARAÇÕES**

6.1 No cadastramento de sua proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio, da plataforma eletrônica do *PREGÃO ONLINE BANRISUL*, que:

a) a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste edital;

b) a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

c) os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

d) a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

e) a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável;

f) até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**g)** a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV);

**h)** sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

6.2. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação.

6.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

6.2.2 As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no *chat* do sistema.

**6.3.** As propostas deverão ser apresentadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas.

6.3.1. Até o momento da abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

6.3.2. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

#### **6.4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:**

6.4.1 A apresentação consiste em registrar o preço ofertado no sistema, nos campos próprios para tal, bem como anexar arquivo único (extensões TXT, DOC, PDF e XLS, com tamanho máximo de 20 MB), contendo:

a) **Planilha do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços** deste Edital devidamente preenchida;

(a.1) Caso o licitante opte em não utilizar a planilha disponibilizada, a proposta deverá ser enviada com as mesmas informações e declarações constantes do Anexo II.

6.4.2 As ofertas serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração das mesmas, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Nos preços propostos e naqueles que, por ventura, vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o mesmo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6.6 As propostas apresentadas nesta licitação terão prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do pregão.

6.7 Transcorrido o prazo, a empresa será instada a se manifestar acerca da prorrogação do prazo de validade de sua proposta, com manutenção de prazos e valores, por novo período de 60 (sessenta) dias.

6.7.1 A resposta deverá ser encaminhada à Administração no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do questionamento (via *chat* de sessão, envio do *e-mail* ou ofício).

6.7.2. A omissão da empresa quanto à anuência com a prorrogação do prazo de validade de sua proposta de preços, dentro do prazo máximo estabelecido, será interpretada pela Administração como desistência da empresa em continuar o processo de contratação.

6.8. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

## 7. CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

7.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

7.2.1. Contiver vícios insanáveis.

7.2.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos.

7.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

7.2.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.3. A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

## 8. SESSÃO DO PREGÃO

8.1. No dia e hora previstos neste Edital, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste instrumento convocatório e seus anexos.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.2. Caberá aos licitantes acompanharem as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo responsáveis pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

8.3. Cada licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a proposta e os lances.

8.4. Somente poderá participar da rodada de lances, o licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços, bem como que tenha manifestado, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.5.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.5.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.5.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.6. Os licitantes deverão manter a impessoalidade na sala de disputa não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

8.7. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo realizar diligências quando forem necessárias, desclassificando as ofertas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

8.7.1. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, a pedido ou de ofício, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

8.8. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.9. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poder o representante de cada licitante deverá estar conectado ao sistema, mediante a utilização de sua senha privativa, devendo encaminhar seus lances exclusivamente por meio eletrônico.

8.10. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e dos respectivos horário de registro e valor.

8.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, respeitados os intervalos entre lances estabelecidos no preâmbulo e observadas as regras estabelecidas neste Edital.

8.11.1. O sistema não registrará o lance se ainda não decorridos os intervalos previstos no preâmbulo.

8.12. Somente será aceito que o licitante ofereça lance cujo valor for inferior ao último por ele ofertado e que tenha sido registrado no sistema.

8.13. O decréscimo mínimo mencionado no preâmbulo deste Edital deverá ser observado em relação ao menor lance registrado no sistema eletrônico.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

8.16. Caso o licitante não apresente lance durante a sessão, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no Pregão, sem prejuízo dos atos realizados.

8.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício após comunicação expressa aos licitantes, no endereço eletrônico para divulgação.

8.19. A etapa de lances da sessão pública observará preferencialmente:

8.19.1. O transcurso do tempo estipulado no preâmbulo deste Edital.

8.19.2. O aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico.

8.19.3. O transcurso do tempo registrado no sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente finalizada a recepção de lances.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.19.4. O encaminhamento, pelo sistema eletrônico, de contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado lance de melhor proposta, para que seja obtida melhor vantagem, observado o critério de julgamento do item 7 do Edital, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste ato convocatório. A negociação poderá ser acompanhada, via sistema eletrônico, pelos demais licitantes.

8.19.5. A realização de exame quanto à compatibilidade de seus preços (global e unitários) em relação aos de mercado.

8.19.6. O aceite, por parte do Pregoeiro, do valor final, em caso de atendidas as condições editalícias e de compatibilidade desse valor em relação ao preço estimado.

8.19.7. A intimação da licitante cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para que apresente a proposta final (Anexo II – Formulário de proposta de preços) com os valores readequados à disputa e/ou à negociação, via sistema eletrônico, no prazo assinalado pelo Pregoeiro, podendo a critério deste ser prorrogado.

(a) Os preços unitários e total atualizados (no máximo com duas casas decimais) em conformidade com os lances eventualmente ofertados.

(b) Em caso de compatibilidade, ocorrerá o “aceite da proposta”, pelo qual será considerada como vencedora, momento em que a fase da proposta será considerada encerrada.

8.20. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8.21. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro convocará a proposta subsequente para a adoção das providências previstas no subitem 8.19.4. e seguintes, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação de preços, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, momento em que o licitante detentor de tal proposta será declarado vencedor;

8.22. O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

8.23. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, com o aceite da proposta, estará finalizada a fase de proposta.

## 9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ESTIMATIVA DO VALOR

9.1. No julgamento da proposta será considerado o critério do menor preço global, nos termos do artigo 33 da Lei 14.133/2021, desde que as mesmas atendam às exigências deste Edital.

9.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 278.717,09 (duzentos e setenta e oito mil e setecentos e dezessete reais e nove centavos), conforme custos unitários apostos no Termo de Referência em Anexo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9.3. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

## 10. HABILITAÇÃO

10.1. O Pregoeiro oportunizará ao licitante declarado vencedor inserir, no campo respectivo do portal eletrônico, os documentos de habilitação listados a seguir.

10.2. Durante o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dele no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

10.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU - Portal da Transparência do Governo Federal – CEIS ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/)).

10.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

10.2.3. Cadastro Informativo do Estado do Rio Grande do Sul - CADIN/RS, nos termos da Lei Estadual nº 10.697/96 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.888/96 e alterações.

10.2.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS, nos termos da Lei Estadual nº 11.389/99 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.250/03 e alterações.

10.2.5. Havendo apontamento, registro ou pendência em face de algum licitante ou em relação ao(s) sócio(s) majoritário(s) das sociedades empresárias, poderá haver sua exclusão do certame e/ou inabilitação, dependendo dessa medida da extensão dos efeitos da punição constante de qualquer um dos cadastros referidos no subitem anterior.

10.3. O licitante que for declarado vencedor, deverá inserir no campo “Habilitação” do Portal Banrisul, no prazo máximo de 2 (duas) horas, os documentos seguintes:

10.3.1. Habilitação jurídica:

(a) **Sociedade empresária**, inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, e, no caso de **sociedade por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

(b) **Ato de autorização**: decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- (a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- (b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- (c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, expedida pela Receita Federal – extraída no link: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar>.
- (d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certidão de Regularidade de Situação, extraída no link: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>.
- (e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011) – extraída no link: <http://www.tst.jus.br/certidao>.
- (f) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos, expedida pela Fazenda Pública Estadual do Rio Grande do Sul (matriz/filial, para as empresas sediadas em qualquer unidade da federação). O site pertinente para a expedição da certidão estadual é o [www.sefaz.rs.gov.br/sat/CER-PUB-SOL.aspx](http://www.sefaz.rs.gov.br/sat/CER-PUB-SOL.aspx);
- (g) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos, expedida pela Fazenda Pública Estadual de origem (matriz/filial, no caso de empresas de fora do Estado do RS), referente a todo e qualquer tributo, inclusive em relação à dívida ativa tributária, nas unidades da federação que a exigirem;
- (h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.2.1 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.3. Econômico-financeira:

(a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

(b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

(b.1) para o caso de empresa em recuperação judicial: a licitante deve apresentar o plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia de credores e homologado pelo juízo.

(c) Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE válido, disponível no site [www.sisacf.sefaz.rs.gov.br](http://www.sisacf.sefaz.rs.gov.br).

(d) Para os licitantes que não possuem o referido certificado ou que o possuem com prazo de validade vencido, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

(d.1) Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis (inclusive notas explicativas) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

(d.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

(d.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

(d.4) Formulário Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante – ACF (ANEXO II, do Decreto n.º 36.601/96), integralmente preenchido e assinado, disponível no site <https://www.mprs.mp.br/legislacao>, tendo como base a “Tabela de Decil”, Seção “F” (ANEXO IV, do Decreto n.º 36.601/96), sendo considerado habilitado o licitante que obtiver, no mínimo, a nota de Capacidade Financeira Relativa igual ou superior a 1,0 (um).





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(d.5) As empresas criadas no exercício financeiro do processo da licitação direta deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.3.4. Qualificação técnica:

(a) Atestado(s), em nome do licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando sua aptidão para o satisfatório desempenho na prestação de serviços de seguro total de veículos, notadamente, a título de parcela de maior relevância, a comprovação de que mantém ou tenha mantido, de natureza não eventual, isto é, foram prestados por período mínimo de 06 (seis) meses, uma ou mais apólices de seguro de veículos que perfaçam um mínimo de 31 (trinta e um) veículos, o que corresponde a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado;

(a.1) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Pregoeiro/Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

(b) Certidão da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, demonstrando que a seguradora está com suas reservas técnicas regularizadas

10.3.5. A apresentação do **Certificado de Fornecedor do Estado (CFE) e seu Anexo, emitido pela CELIC/RS, dispensa** a apresentação da documentação de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira (certidão negativa de falência), desde que os prazos de validade desses documentos e do próprio CFE estejam atualizados na data da sessão pública da licitação, mantendo-se a obrigatoriedade da apresentação dos demais documentos: habitação jurídica, qualificação técnica (se exigido no edital) e qualificação econômico-financeira (se exigido no edital).

(a) A pessoa jurídica já cadastrada na CELIC/RS e cujo CFE contenha documento(s) com data de validade vencida poderá apresentar documento atualizado em substituição a outro, constante do CFE (vigente), cuja validade tenha expirado anteriormente à data de abertura da sessão.

10.4. Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante, ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela sede, que deverá ser comprovada por documento próprio.

10.5. O licitante que possuir filial(is) deverá observar o disposto a seguir:

10.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10.5.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos exigidos deverão estar em nome da filial, ressalvado os casos em que a legislação ou pela própria natureza, comprovadamente, atribua somente à matriz, qualquer dos documentos exigidos, caso em que apresentará os documentos da matriz;

10.6. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

10.7. Após apresentada a documentação, esta será analisada e terá sua autenticidade conferida.

10.8. A verificação da autenticidade de documentos pela PGJ/MPRS nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.9. Havendo dúvida com relação a algum documento disponibilizado no sistema, poderá ser solicitada pelo Pregoeiro a sua apresentação em meio físico, por meio de original ou de cópia autenticada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação do pregoeiro. Os documentos originais deverão ser entregues/enviados na Rua Andrade Neves, 106, 18º andar, Porto Alegre/RS - CEP 90.010-210.

10.10. Em caso de não atendimento dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e fará a convocação referida no subitem 8.19.4. deste Edital.

10.11. As certidões negativas que não tenham prazo de validade expressa no documento, ou fixado em lei federal, serão tidas como válidas pelo prazo de noventa (90) dias, contado da data de sua emissão.

10.12. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis ainda que autenticadas.

10.13. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis, ainda que autenticadas.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, SOMENTE será permitida a inclusão, substituição ou supressão, no todo ou em parte, de documentos ou outros meios comprobatórios de regularidade fiscal, social ou trabalhista, inclusive eletrônicos, nos prazos e condições previstos na legislação e estipulados em sessão pelo Pregoeiro.

10.14.1. A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas e a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados são permitidas, desde que necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

10.15. Será INABILITADO o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10.16. Em caso de atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos pelo edital, o Pregoeiro julgará a licitante habilitada e a declarará vencedora do certame, momento em que o sistema automaticamente dará início ao prazo para a manifestação da intenção de recurso. Observar-se-á, quanto aos recursos, o estabelecido no item 11 (capítulo de recurso) deste Edital.

## 11. RECURSO ADMINISTRATIVO

11.1. Dos atos do Pregão, caberá recurso administrativo em face de:

11.1.1. Julgamento das propostas.

11.1.2. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

11.1.3. Anulação ou revogação da licitação.

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação e inabilitação de licitante (subitens 11.1.1 e 11.1.2), durante o período para manifestação da intenção de recurso, qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio de sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2.1. Ocorrendo a manifestação de intenção em recorrer, o Pregoeiro fará o juízo de admissibilidade do recurso.

11.2.2. Entende-se por imediata a manifestação de intenção de recorrer registrada no campo próprio do sistema eletrônico em até 30 (trinta) minutos, contados a partir da declaração do vencedor da licitação no sistema eletrônico.

11.2.3. Sendo admitido o recurso, serão fixados tanto o prazo de três (3) dias úteis para o(s) licitante(s) recorrente(s) apresentar(em) as suas razões de recurso, inserindo-as no campo respectivo do sistema, quanto igual prazo para os demais licitantes apresentarem, querendo, suas contrarrazões, também inserindo-as no campo respectivo do sistema, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2.4. A falta de manifestação imediata dos licitantes quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará a decadência desse direito, autorizando a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.3. O Pregoeiro deverá manifestar-se sobre as peças recursais, podendo realizar diligências para subsidiar a sua manifestação.

11.3.1. Em caso de manutenção da(s) decisão(ões) adotadas durante o procedimento, o recurso deverá ser enviado para o conhecimento e a decisão da autoridade superior competente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11.3.2. Em caso de acolhimento do recurso, em juízo de reconsideração, o Pregoeiro invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento, retomando o procedimento consoante os atos não invalidados.

11.4. Analisado(s) e decidido(s) o(s) recurso(s), em se constatando a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11.4.1. Em caso de acolhimento do recurso, a autoridade superior competente invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento, retomando-se o procedimento consoante os atos não invalidados.

11.5. Os recursos interpostos fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

11.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, desde que solicitados formalmente à Unidade de Licitações.

## 12. DA AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE (DIRETOR-GERAL)

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior competente, que poderá:

12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.

12.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

12.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei e do edital, observados o regular processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa o licitante que, com dolo ou culpa:

13.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

13.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

13.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

13.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- 13.3.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 13.3.4. deixar de apresentar amostra, quando solicitado.
- 13.3.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 13.4. Não emitir a apólice ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 13.4.1. Na hipótese de o adjudicatário não emitir a apólice no prazo estabelecido, a Administração poderá aplicar o disposto no § 2º do art. 90 da Lei n. 14.133/21.
- 13.4.2. Havendo recusa em emitir a apólice, a licitante ficará sujeita à multa de 10% sobre valor total da futura contratação.
- 13.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.6. Fraudar a licitação.
- 13.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 13.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- 13.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 13.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 13.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 13.10. A administração poderá aplicar ao responsável (licitante e/ou adjudicatários) pelas infrações administrativas retro citadas, as sanções e situações previstas no artigo 156 ao artigo 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 13.11. Quando forem praticadas as hipóteses previstas na Lei Estadual n.º 11.389, de 25 de novembro de 1999, a contratada será incluída no “Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual”.

#### 14. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

14.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, o qual será respondido no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

14.1.1. Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser formulados PREFERENCIAMENTE via portal eletrônico Pregão Online Banrisul ([www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br)).

14.1.2. Para tanto, as licitantes deverão acessar a página eletrônica deste Pregão, preencher o formulário eletrônico, em campo destinado a esse procedimento, detalhando o seu questionamento e/ou pedido de impugnação. Após isso, deverá enviá-lo via sistema eletrônico Pregão online Banrisul.

14.1.3. O portal eletrônico Pregão online Banrisul encaminhará aviso automático, via e-mail, noticiando ao Pregoeiro eventuais registros de questionamentos e/ou impugnações, a serem enviados, via portal eletrônico Pregão Online Banrisul. Igualmente, enviará e-mail automático aos licitantes que formularam questionamentos e/ou impugnações dando conta da resposta a esses pedidos.

14.1.4. A impugnação/esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Unidade de Licitações, Porto Alegre/RS, (51) 3295-8065/8034/8048/8044/8577, de segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 18h.

14.2. O Pregoeiro, auxiliado pelas áreas competentes pela elaboração do Edital, decidirá sobre o esclarecimento e/ou impugnação no prazo de até três 03 (três) dias útil contados da data de recebimento do pedido, limitado-se ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública.

14.3. Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no prazo legal, tanto no portal eletrônico Pregão Online Banrisul quanto no sítio eletrônico da Administração.

14.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Pregão Online Banrisul e vincularão os participantes e a Administração.

14.6. As impugnações e consultas interpostas fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

14.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, e a segurança da contratação.

## 15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1 Após a adjudicação e homologação, a contratada deverá emitir a apólice, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da ordem de início da prestação de serviços e o prazo de entrega da apólice é de até 15 (quinze) dias da sua emissão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

15.2 O adjudicatário terá o prazo previsto no Termo de Referência, após formalmente convocado, para emitir a apólice, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.4 A comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

15.5 As obrigações entre as partes serão determinadas de acordo com o Termo de Referência e apólice.

15.6. Considerando o valor global ou prazo envolvidos na presente contratação, nos termos do artigo 37 da Lei Estadual nº 15.228/2018, não haverá necessidade na apresentação, pela CONTRATADA, de Programa de Integridade.

15.7. Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados, o Ministério Público exige, para a fase da seleção do fornecedor do metaprocessamento de contratação, somente os documentos e dados minimamente necessários para a escolha da proposta mais vantajosa para a execução do objeto deste instrumento convocatório. Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos nos procedimentos de seleção serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos. A apresentação de documentos ou de informações estranhos àqueles exigidos nos instrumentos convocatórios são de responsabilidade dos próprios participantes, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

15.8 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente serão verificadas a validade dos documentos de regularidade fiscal e de débitos trabalhistas juntados aos autos, revalidando-as caso estejam vencidas, bem como o CADIN/RS (todas as penalidades e sanções) do CNPJ e do CPF dos seus sócios majoritários, CFIL/RS (todas as penalidades e sanções) do CNPJ e do CPF dos seus sócios majoritários, CEIS (todas as penalidades e sanções) do CNPJ e do CPF dos sócios majoritários.

15.9 Não sendo possível a revalidação do CADIN/RS, CFIL/RS e CEIS/RS, o ato administrativo não será efetivado, podendo, se for o caso, ser retomado o procedimento, desde que respeitada a ordem de classificação do participante, sem prejuízo da imposição, àquele, das multas previstas neste Edital e seus Anexos e das demais cominações legais.

15.10 Durante a vigência da apólice é vedado a seguradora contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão contratual (art. 48, parágrafo único Lei 14.133/21).

15.11 Havendo Contrato e os atos conexos a estes, serão firmados eletronicamente, por ambas as partes, na forma qualificada de que trata o art. 4.º, inciso III, da Lei n. 14.063/2020, por meio de certificações digitais emitidas em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), por força do Provimento n.º 15/2021-PGJ/MPRS.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

15.12 Se o adjudicatário, na emissão da apólice, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à emitir, será facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, e, ao final, enviar para emissão da apólice, sem prejuízo da imposição, àquele, das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15.13 Os participantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a emitir a apólice no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

**15.14 Recebimento do Objeto e/ou Prestação do Serviço:**

15.14.1. A entrega do objeto e/ou prestação de serviço deverá ser efetuada conforme estabelecido no Anexo I – Termo de Referência – deste Edital.

**15.15. Pagamento, garantia, fiscalização e gestão do contrato e demais prazos e condições:**

15.15.1. Conforme estabelecido no Anexo I – Termo de Referência – deste Edital e seus Anexos.

<b>16. DISPOSIÇÕES GERAIS</b>
-------------------------------

16.1. O participante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

16.2 Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente licitação.

16.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Pregão Online Banrisul e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

16.4. O Pregoeiro, no interesse público, poderá, mediante despacho fundamentado, sanar erros ou falhas puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, não alterem a substância dos documentos e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos limites da lei, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

16.5. É facultado ao Pregoeiro ou o Diretor-Geral, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

16.6. É facultado ainda ao Pregoeiro convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas; que uma vez intimados, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16.2.1 As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no *chat* do sistema.

16.7. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.8. Poderá ser solicitada tradução para a língua portuguesa, custeado pelo licitante e/ou contratado, efetuada por tradutor juramentado, de documentos emitidos em língua estrangeira, que também deverão ser devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

16.9. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Procuradoria-Geral de Justiça/MPRS.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.11. Fica desde logo esclarecido que todos os participantes deste Pregão, pelo simples fato de nele licitarem, sujeitam-se a todos os seus termos, condições, normas, especificações e detalhes, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou expressa.

16.12. Haverá consulta em todas as fases do processo licitatório e, também, antes do empenhamento da despesa aos seguintes cadastros:

16.12.1 Cadastro Informativo do Estado do Rio Grande do Sul - CADIN/RS, nos termos da Lei Estadual n.º 10.697/96 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 36.888/96 e alterações.

16.12.2 Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS, nos termos da Lei Estadual n.º 11.389/99 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 42.250/03 e alterações.

16.12.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU - Portal da Transparência do Governo Federal – CEIS ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).

16.12.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), nos termos da Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

16.12.5. Havendo apontamento, registro ou pendência em face de algum licitante ou em relação ao(s) sócio(s) majoritário(s) das sociedades empresárias, poderá



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

haver sua exclusão do certame, dependendo essa medida da extensão dos efeitos da punição constante de qualquer um dos cadastros referidos no subitem anterior.

16.13. Este Edital foi analisado pela Divisão de Contratos e Assessoramento Jurídico e aprovado pela autoridade superior competente (Diretor-Geral da PGJ/MPRS).

16.14. Os autos desta licitação encontram-se na Unidade de Licitações, na Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre/RS, e-mail [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br), telefones (51) 3295-8065/8034/8048/8044/8577, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h e das 13h30min às 18h.

16.15. Fazem parte deste Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes **ANEXOS**:

16.15.1. ANEXO I – Termo de Referência;

16.15.2. ANEXO II – Formulário de Proposta de Preços;

16.15.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

16.15. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, para discussão de eventuais litígios oriundos da presente licitação.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024.

*Luís Antônio Benites Michel,*  
*Pregoeiro.*



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**

**1 OBJETO**

1.1 Contratação de prestação de serviços de seguro total para veículos da frota oficial da Procuradoria-Geral de Justiça/MPRS, com cobertura total contra acidente, para os riscos de colisão, incêndio, furto e ou roubo do veículo segurado para o casco, DM e DP, RCF (Responsabilidade Civil Facultativa) e assistência 24h (abrangendo panes mecânicas e elétricas, mais serviços de guincho).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Seguro Total para Veículos Oficiais	62

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:

Comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021).

**2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A contratação é necessária para garantir os bens móveis assim como eventuais danos contra terceiros em sinistros envolvendo veículos da Instituição.

2.2 A contratação se justifica em razão do constante deslocamento dos veículos, na sua área jurisdicional em todo estado do Rio Grande do Sul, bem como eventualmente para outros Estados da federação, sendo imprescindível a necessidade de cobertura de seguro para os mesmos, dando mais segurança ao atendimento e locomoção dos servidores, passageiros e eventualmente autoridades.

Além disso, o crescente aumento no número de ações de fiscalização realizadas nas diversas regiões do estado, elevam na mesma proporção o risco de eventual novo sinistro. Salienta-se que o período de cobertura do seguro de todos os veículos oficiais deste Órgão deve ser o mesmo, a fim de facilitar a renovação anual e a manutenção dos veículos protegidos, no mesmo período, em casos de sinistros.

**3 SOLUÇÃO**

A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar nº 001/2024 UT.

**4 ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO**

4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

O serviço NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

4.2 Pré-qualificação:





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Não há serviços pré-qualificados.

4.3 O serviço possui as seguintes especificações:

4.3.1 Lote Único de 62 veículos:

Item	Descrição veículo	ano/mod.	Comb.	Placa	Chassi	FIPE 110%	Bônus	DM R\$	DP R\$	Franquia R\$
1	ONIX SEDAN PLUS 1.0 PREMIER	2020/2020	gas/etan	JAF 7E 13	9BGEY69H0LG250938	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.450,00
2	ONIX SEDAN PLUS 1.0 PREMIER	2020/2020	gas/etan	JAF 7E 16	9BGEY69H0LG278828	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.450,00
3	ONIX SEDAN PLUS 1.0 PREMIER	2020/2020	gas/etan	JAF 7E 11	9BGEY69H0LG249800	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.450,00
4	ONIX SEDAN PLUS 1.0 LT	2020/2020	gas/etan	IZX 6I97	9BGEB69HOLG151280	110%	2	75.000,00	150.000,00	R\$ 1.450,00
5	ONIX PLUS 1.0T LT	2021/2021	gas/etan	JAO 6D38	9BGEB69H0MG200446	110%	1	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.450,00
6	ONIX PLUS 1.0T LT	2021/2021	gas/etan	JAO 6D42	9BGEB69H0MG200175	110%	1	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.450,00
7	FIAT DUCATO M JAEDI MIS	2010/2010	diesel	IQP 6337	93W244F24A2051267	110%	5	75.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
8	FIAT DUCATO M JAEDI MIS	2010/2010	diesel	IQP 6334	93W244F24A2051283	110%	5	75.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
9	FIAT DUCATO M JAEDI MIS	2010/2010	diesel	IQP 6332	93W244F24A2051308	110%	5	75.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
10	MASTER 2.3 DCI FURGÃO	2017/2018	diesel	IYJ 9484	93YMAFEXAKJ227870	110%	3	100.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
11	MASTER 2.3 EXECUTIVE	2014/2015	diesel	IWL 1680	93YMEN4MEFJ578543	110%	4	100.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
12	MASTER FURGÃO L3H2 MISTA	2018/2019	diesel	IZE 5D90	93YMAF4XELJ794438	110%	2	100.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
13	MASTER 2.3 FURGÃO L2H2	2021/2021	diesel	JAP 0G98	93YMAFEXCNJ824602	110%	1	100.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
14	MASTER 2.3 FURGÃO L2H2	2021/2021	diesel	JAP 0H32	93YMAFEXCNJ796528	110%	1	100.000,00	150.000,00	R\$ 1.500,00
15	COBALT LTZ	2018/2019	gas/etan	IZD 8H86	9BGJC6920KB176229	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
16	COBALT LTZ	2018/2019	gas/etan	IZD 8H98	9BGJC6920KB191355	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
17	COBALT LTZ	2018/2019	gas/etan	IZD 8H73	9BGJC6920KB176695	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
18	DUSTER DYNAMIQUE 1.6	2018/2019	gas/etan	IZA 0H67	93YHSR3H5KJ652440	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
19	DUSTER DYNAMIQUE 1.6	2018/2019	gas/etan	IZA 0H46	93YHSR3H5KJ650973	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	DUSTER DYNAMIQUE 1.6	2019/2020	gas/etan	IZU 4D40	93YHSR3HSLJ048138	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
21	DUSTER DYNAMIQUE 1.6	2019/2020	gas/etan	IZU 4D48	93YHSR3HSLJ040854	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
22	DUSTER DYNAMIQUE 1.6	2019/2020	gas/etan	IZU 7E93	93YHSR3HSLJ989275	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
Item	Descrição veículo	ano/mod.	Comb.	Placa	Chassi	FIPE 110%	Bônus	DM R\$	DP R\$	Franquia R\$
23	DUSTER DYNAMIQUE 1.6	2019/2020	gas/etan	IZU 5J12	93YHSR3HSLJ967408	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
24	DUSTER DYNAMIQUE 1.6	2019/2020	gas/etan	IZU 4D58	93YHSR3HSLJ035320	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
25	DUSTER EXPRESSIO N 1.6	2017/2018	gas/etan	IYI 3667	93YHSR3HJJ224082	110%	3	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
26	SPIN LTZ	2018/2019	gas/etan	IZA 4H10	9BGJC7520KB147848	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
27	SPIN LTZ	2018/2019	gas/etan	IZA 4H21	9BGJC7520KB165774	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
28	SPIN LTZ	2018/2019	gas/etan	IZA 4G58	9BGJC7520KB102722	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
29	SPIN LTZ	2018/2019	gas/etan	IZB 7D06	9BGJC7520KB174952	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
30	SPIN LTZ	2018/2019	gas/etan	IZB 7D11	9BGJC7520KB174849	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
31	SPIN LTZ	2018/2019	gas/etan	IZB 7C93	9BGJC7520KB175698	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
32	SPIN LTZ	2018/2019	gas/etan	IZB 7C99	9BGJC7520KB174009	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
33	SPIN PREMIER	2019/2020	gas/etan	IZV 6C56	9BGJP7520LB114417	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
34	SPIN PREMIER	2019/2020	gas/etan	IZV 4H04	9BGJP7520LB114295	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.690,00
35	CRUZE SD LT 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZE 8I76	8AGBB69S0KR101931	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
36	CRUZE SD LT 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZE 8I89	8AGBB69S0KR106915	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
37	CRUZE SD LT 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZE 8J27	8AGBB69S0KR106844	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
38	CRUZE SD LT 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZE 8I68	8AGBB69S0KR106870	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
39	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZD 0I65	8AGBN69S0KR101122	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
40	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZD 0I74	8AGBN69S0KR100355	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
41	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZD 0I69	8AGBN69S0KR100353	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
42	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2019/2020	gas/etan	IZX 7J80	8AGBB69SOKR130903	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
43	CRUZE SD LTZ 1.4	2019/2020	gas/etan	IZX 7J76	8AGBB69SOKR130634	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00

GGV/LDBR

PE 02/2024 – Seguro de veículos

26



UNIDADE DE LICITAÇÕES

Rua General Andrade Neves, n.º 106 - 18º andar  
Bairro Centro - 90.010-210 - Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3295-8099 - licitacoes@mprs.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	TURBO									
44	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2019/2020	gas/etan	IZW 4F92	8AGBN69SOKR116762	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
45	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2019/2020	gas/etan	IZW 4G40	8AGBN69SOKR130680	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
46	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZB 5G85	8AGBN69S0JR137676	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
47	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZC 4C55	8AGBN69S0KR100474	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
48	CRUZE SD LTZ 1.4 TURBO	2018/2019	gas/etan	IZB 5G87	8AGBN69S0JR138858	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
49	CRUZE SEDAN 1.4T LT	2021/2021	gas/etan	JAO 6D46	8AGBP69S0LR118498	110%	1	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
50	CRUZE SEDAN 1.4T LT	2021/2021	gas/etan	JAO 8E01	8AGBN69S0MR101117	110%	1	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
51	EQUINOX LT 2.0 TURBO	2017/2018	gas/etan	IYJ 9878	3GNAX9EX5JS519055	110%	3	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
52	FORD FUSION 2.0 TITANIUM GDI AWD	2017/2018	Gasol	IYI 0470	3FA6P0D91JR104700	110%	3	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
53	SENTRA SL 2.0	2017/2018	gas/etan	IYI 1372	3N1BB7AE5JY200694	110%	3	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
54	TRACKER 1.0T LT	2021/2021	gas/etan	JAL 9J68	9BGEB76H0MB193993	110%	1	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.890,00
55	S10 CAB DUPLA LT 2.8	2014/2015	diesel	IZW 4F69	9BG145MKOLC427217	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.900,00
56	S10 LT CD DIESEL 4X4 C CAPOTA FIBRA	2018/2019	diesel	IZB 5G90	9BG148FK0KC431665	110%	2	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.900,00
57	S10 PICK-UP LS 2.8 TDI 4X4 CD	2014/2014	diesel	IWD 9068	9BG148DK0EC455669	110%	9	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.900,00
58	S10 RODEIO 2.8 D 4X4	2010/2011	diesel	IRP 0233	9BG138ZJ0BC441369	110%	5	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.900,00
59	S10 CD 4x4 DIESEL LT	2021/2021	diesel	JAN 3C68	9BG148FK0MC423567	110%	1	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.900,00
60	S10 CD 4x4 DIESEL LT	2021/2021	diesel	JAN 3C72	9BG148FK0MC423135	110%	1	75.000,00	100.000,00	R\$ 1.900,00
61	FORD/CARGO 816	2014/2015	diesel	IWO 9265	9BFVEADS6FBS84665	110%	4	75.000,00	100.000,00	R\$ 2.000,00
62	MARCOPOL O/VOLARE MICROONIB US V8	2008/2008	diesel	ION 7898	93PB27G308C024235	110%	8	75.000,00	150.000,00	R\$ 2.500,00

As propostas deverão contemplar as seguintes coberturas e garantias para os veículos:

- Colisão e incêndio para o casco;
- Furto e roubo para o casco;
- Tabela FIPE 110%;
- Danos materiais (DM) no valor conforme tabela;
- Danos pessoais (DP) no valor conforme tabela;
- A franquia deve ser de:

GGV/LDBR

PE 02/2024 – Seguro de veículos

27



Ministério Público  
do Rio Grande do Sul

UNIDADE DE LICITAÇÕES

Rua General Andrade Neves, n.º 106 - 18º andar  
Bairro Centro - 90.010-210 - Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3295-8099 - licitacoes@mprs.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- I. R\$ 1.450,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) para veículos da linha 1 até 6 (tabela);
  - II. R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para veículos da linha 7 até 14 (tabela);
  - III. R\$ 1.690,00 (um mil seiscentos e noventa reais) para veículos da linha 15 até 34 (tabela);
  - IV. R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais) para veículos da linha 35 até 54 (tabela);
  - V. R\$ 1.900,00 (um mil novecentos reais) para veículos da linha 55 até 60 (tabela);
  - VI. R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para veículos da linha 61 (tabela);
  - VII. R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para veículo da linha 62 (tabela).
- g) Assistência 24h abrangendo panes mecânicas e elétricas, com serviço de guincho com quilometragem livre para o contratante (não haverá pagamento de guincho para retorno).
- h) A oficina para execução dos reparos deve ser de livre escolha por parte da contratante;
- i) Quanto aos aspectos pertinentes ao contrato em questão que dizem respeito à administração de transportes desta Procuradoria-Geral de Justiça, seguem abaixo as seguintes informações:
1. Todos os veículos desta Procuradoria-Geral de Justiça são conduzidos por motoristas autorizados que atuam em nome da referida Instituição;
  2. Esta Procuradoria-Geral de Justiça possui garagem própria sob vigilância armada (ininterruptamente);
  3. A manutenção da frota de veículos desta Procuradoria-Geral de Justiça é feita por meio de revisões preventivas e corretivas a cargo de empresas contratadas pela referida Instituição;
  4. A garagem supracitada, localizada na Rua Engenheiro Vespúcio de Abreu nº 39, Bairro Santana, N/C, também conta com sistema de prevenção contra incêndios por meio de extintores portáteis com pó químico classe BC e hidrantes.
- 4.3.2 CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:
- a) A contratada deverá comparecer na Unidade de Transportes/DADM, situada na Rua Engenheiro Vespúcio de Abreu nº 39, Bairro Santana, em Porto Alegre – RS para proceder a vistoria nos veículos, em horário comercial; O prazo máximo para a emissão da apólice de seguro é de 05 (cinco) dias, a contar da ordem de início da prestação de serviços;
  - b) O prazo máximo para a entrega da apólice de seguro é de 15 (quinze) dias, a contar da sua emissão;
  - c) A apólice de seguro deve ser entregue na Unidade de Transportes do CONTRATANTE, situada na Rua Engenheiro Vespúcio de Abreu nº 39, Bairro Santana, em Porto Alegre/RS, em horário comercial ou enviado por meio eletrônico.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### 4.3.3 CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

Não foram adotados. O objeto apólice de seguros não possuem práticas nocivas ao meio ambiente pela natureza da atividade.

### 5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 5.1 EXIGÊNCIAS LEGAIS

Decreto Lei nº 073/66.

#### 5.2 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

5.2.1 A garantia, dentre outras regras constantes do contrato, assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- b) *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- c) *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*

5.2.2 A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

#### 5.3 OUTROS DOCUMENTOS QUE ANTECEDEM O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

Não existem outros documentos necessários à execução do serviço.

#### 5.4 PROGRAMA DE INTEGRIDADE.

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

### 6 EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 6.1 PROVA DE MATERIAL DECORRENTE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

Não há material/produto a ser entregue.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6.2 HAVERÁ EMISSÃO DE ORDEM DE FORNECIMENTO NOS SEGUINTE  
TERMOS:

Uma ordem de serviço para todo o contrato.

6.3 Prazo de prestação dos serviços: o prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, a contar de 00h (zero hora) do dia 02 de abril de 2024.

6.4 Local de prestação dos serviços:

Os serviços serão prestados no Ministério Público:

- a) *Local da entrega: Rua Engenheiro Vespúcio de Abreu, 39 – Bairro Santana – Porto Alegre/RS, em horário comercial.*
- b) *Contato para agendar a vistoria: José Adriano Ribeiro D'Avila ou Mario Airton Garcia Menna – Telefone: 51-3295-2030*
- c) *A vistoria deve ser agendada em horário comercial.*

6.5 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

6.5.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a contratada será notificada para, no prazo de 30 (trinta) dias, solucionar os problemas apontados.

6.6 Avaliação de Resultados por meio de critérios específicos:

Não.

6.7 Recebimento:

Haverá recebimento dos serviços, de acordo com a ordem de serviço emitida, conforme abaixo:

- a) *provisoriamente, na data da entrega da apólice, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;*
- b) *definitivamente, pelo gestor do contrato, mediante conferência da apólice de seguro que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 15 dias após o recebimento provisório.*

6.8 Subcontratação

É vedada a subcontratação.

6.9 Garantia do serviço

Não. O serviço será prestado de forma ininterrupta.

6.10 Prazo de duração: 12 (doze) meses, a contar:

De 00h (zero hora) do dia 02 de abril de 2024.

6.11 Prorrogação:

Não será prorrogado.

## 7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.1 A prestação do serviço será formalizada:

Entrega da apólice de seguro registrada na autarquia competente.

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato (ou, na falta deste, por seu substituto), bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal (ou seu substituto).

7.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- a) Gestor: José Adriano Ribeiro D'Avila, e-mail [josedavila@mprs.mp.br](mailto:josedavila@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.
- b) Gestor substituto: Mario Airton Garcia Menna, e-mail [menna@mprs.mp.br](mailto:menna@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.
- c) Fiscal: Carlos Eugênio Ramos Fernandes, e-mail [eugenio@mprs.mp.br](mailto:eugenio@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.
- d) Fiscal substituto: Leandro Blessmann Silveira, e-mail [blessmann@mprs.mp.br](mailto:blessmann@mprs.mp.br), telefone: 51-3295-2030.

7.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) *verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;*
- b) *anotará no procedimento, a medida em que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;*
- c) *emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- d) *comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.*

7.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:  
Não.

7.5 Obrigações gerais do contratado:

- a) *entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;*
- b) *manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação direta, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;*
- c) *assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;*
- d) *apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;*
- e) *permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;*
- f) *responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;*
- g) *não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;*
- h) *manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;*
- i) *indicar um preposto no local (cidade) da prestação do serviço, aceito pela Administração;*
- j) *guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;*
- k) *arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da*





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;*

- l) Nos casos de indenização integral do veículo sinistrado, esta deverá ser creditada na conta da Procuradoria-Geral de Justiça.*

**RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

CNPJ: 93.802.833/0001-57

Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul

Agência: 0835

Conta corrente: 03.120.710.0-3

**7.6 Obrigações específicas:**

Existem obrigações específicas vinculadas ao objeto.

**a) VISTORIA PRÉVIA**

I. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados.

II. Caso haja interesse, a vistoria deverá ocorrer até o dia útil imediatamente anterior à abertura da sessão.

III. O contato para agendamento da vistoria deverá ocorrer até o segundo dia útil imediatamente anterior à abertura da sessão, com a Unidade de Transportes, através do telefone (51) 3295-2030.

IV. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

V. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a este objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

**b) AVISO DE SINISTRO**

I. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do MP/RS, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

II. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

III. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

IV. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 2 (duas) horas após o aviso de sinistro.

**7.7 Sanções:**

**7.7.1** Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a)** multa por atraso: 1% sobre o valor do contrato por dia de atraso, no máximo de 20 dias;

- b)** advertência



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- c) multa compensatória: 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.7.2 Sanções específicas:  
Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

7.7.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

## 8 PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:  
Sim.

- a) Certidão de Regularidade com o FGTS;
- b) Certidão da Receita Federal;
- c) Certidão da Receita Estadual do RS;
- d) Certidão da Receita Estadual do local da sede do Licitante;
- e) Certidão da Receita Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) CEIS, relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da contratada e do CPF dos sócios majoritários

8.2 O documento fiscal deverá ser apresentado:  
Após o recebimento da apólice.

8.2.1 Serão aceitas notas fiscais eletrônicas ou fatura.

8.2.2 A Nota fiscal/fatura deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados da: Fiscalização contratual
- b) Endereço de e-mail: [transporte@mprs.mp.br](mailto:transporte@mprs.mp.br);
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51-3295-2030

8.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

8.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal ou fatura.

8.4 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.6 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.7 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação pro rata die do IPCA.

8.8 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA (ou algum índice específico), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.8.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

8.8.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## 9 PROTEÇÃO DE DADOS

O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.709/2018).

## 10 SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Forma de Seleção:  
Licitação.

10.2 Critério de Julgamento e Aceitabilidade dos Preços

10.2.1 Parcelamento do Objeto

Não há parcelamento do objeto, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

10.3 Tratamento Diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP):





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado. A condição é imposta por legislação federal Lei nº 4.595/64, quanto à obrigatoriedade de constituição de sociedade anônima para abertura de companhias seguradoras.

10.4 Exigências Vinculadas à proposta

10.4.1 Carta de Solidariedade

Não será exigida Carta de Solidariedade

10.4.2 Laudos e Declarações

Não serão exigidos laudos e declarações.

10.4.3 Responsável técnico pela análise das exigências determinadas neste tópico:

10.5 Qualificação Técnica

Será exigida Qualificação Técnica.

- a) *Atestado(s), em nome do licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando sua aptidão para o satisfatório desempenho na prestação de serviços de seguro total de veículos, notadamente, a título de parcela de maior relevância, a comprovação de que mantém ou tenha mantido, de natureza não eventual, isto é, foram prestados por período mínimo de 06 (seis) meses, uma ou mais apólices de seguro de veículos que perfaçam um mínimo de 31 (trinta e um) veículos, o que corresponde a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado;*
- b) *certidão da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, demonstrando que a seguradora está com suas reservas técnicas regularizadas.*

10.6 Qualificação técnica do subcontratado

Não haverá.

**11 ESTIMATIVA DO VALOR**

O Custo estimado total deverá ser publicizado (orçamento público).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO II – Formulário de Proposta de Preços  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**

**EM ARQUIVO .XLS ANEXO A ESTE EDITAL.**

**ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024**

**EM ARQUIVO PDF ANEXO A ESTE EDITAL.**

Documento assinado digitalmente por (verificado em 26/02/2024 18:02:07):

Nome: **Luis Antonio Benites Michel**

Data: **26/02/2024 17:54:00 GMT-03:00**

---

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

**"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"**

informando a chave **dlITxLS9SieK-S-QQSSV-A@SGA\_TEMP** e o CRC **11.8425.4914**.

1/1